
RELATÓRIO E CONTAS **2021**

SERVIÇOS DE ENGENHARIA GESTÃO E MANUTENÇÃO LDA

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA GERÊNCIA E ÓRGÃOS SOCIAIS	3
1.1. MENSAGEM DA GERÊNCIA	3
1.2. SÓCIOS	4
1.3. ÓRGÃOS SOCIAIS	4
1.4. PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DA GERÊNCIA	5
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	6
2.1. ENQUADRAMENTO	6
2.2. ORGANIZAÇÃO	7
2.3. MACRO ATIVIDADES	8
2.4. RECURSOS HUMANOS	9
2.5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	11
2.6. SITUAÇÃO ECONÓMICA	11
2.7. RENDIMENTOS E GANHOS	11
2.8. GASTOS E PERDAS	12
2.9. INDICADORES ECONÓMICOS	14
2.10. SITUAÇÃO FINANCEIRA	14
2.11. INDICADORES FINANCEIROS	15
3. INFORMAÇÕES DA SOCIEDADE	16
3.1. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	16
3.2. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO	16
3.3. QUOTAS PRÓPRIAS.....	16
3.4. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES	17
3.5. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	17
3.6. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	17
3.7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	17
4. PERSPETIVAS PARA 2022	18
• PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	19
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ANEXO	20
BALANÇO	22
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	23
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	24
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	25
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	26

1. MENSAGEM DA GERÊNCIA E ÓRGÃOS SOCIAIS

1.1. Mensagem da Gerência

O ano de 2021, à semelhança do anterior, trouxe novos desafios relacionados com a situação epidemiológica. O surgimento da 3ª vaga de Covid-19, conduziu a sucessivas declarações de estado de emergência, com consequentes restrições à atividade comercial, situação que foi normalizada com o levantamento de algumas medidas restritivas na segunda metade do ano. A atividade da SEGMA foi assegurada com relativa normalidade, pese embora se tenham registados alguns constrangimentos com as restrições à mobilidade, os problemas nas cadeias de fornecimento e o aumento dos preços.

A economia europeia como nacional deram bons sinais de recuperação, no entanto a retoma tem ainda sido condicionada pelos estrangulamentos no transporte de mercadorias, pela escassez da oferta de bens intermédios e pelo aumento dos custos das matérias-primas e transportes, que se tendem em manter-se.

Neste contexto, a SEGMA vinha de um ano 2020, no qual registou o seu melhor ano, com a convicção que o ano 2021, mesmo com a melhoria geral da economia, seria improvável igualar ou superar o ano anterior. Com 8,8 milhões de euros faturados, registamos o segundo valor mais alto da história da SEGMA, o mesmo acontecendo com os seus resultados de 826 mil euros. Apesar da diminuição do volume de negócios, resultante da procura dirigida à SEGMA, conseguimos atingir mais uma vez, resultados que nos deixam orgulhosos, mantendo uma tendência de crescimento sustentado.

Os colaboradores da SEGMA estão mais uma vez de parabéns pelos resultados obtidos. Os objetivos alcançados foram fruto de um esforço conjunto, do talento, empenho e profissionalismo dos nossos colaboradores para vencer todos os desafios, renovando, a cada dia, a ambição de continuar a ser uma empresa de referência.

Os resultados obtidos são a confirmação que independentemente do ambiente económico a SEGMA tem o seu espaço na economia açoriana e que é um aliado que acrescenta valor à Região.

A GERÊNCIA

João Carlos Santos Correia

Maria Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

1.2. Sócios



EDA, S.A. – 90%



EDA RENOVÁVEIS, S.A. – 10%

1.3. Órgãos sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Representante da EDA, S. A.

Secretário: Representante da EDA RENOVÁVEIS S. A.

A GERÊNCIA

João Carlos Santos Correia

Maria Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

UHY & Associados, SROC, Lda representada por Manuel Luis Fernandes Branco (ROC n.º 652)

1.4. Principais elementos curriculares de cada um dos membros da gerência

Eng.º João Carlos Santos Correia: Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição desde 2009; Responsável pela Gestão do Sistema Elétrico da EDA, entre 2006 e 2008, pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção, entre 2001 e 2005 e pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de S. Miguel entre 1999 e 2000; Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de S. Miguel entre 1995 e 1998 e pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de S. Miguel de 1990 a 2000. Administrador da EDA desde 2014 até à data e Gerente da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

Dr.ª Maria Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1987. Contratada a 7 de setembro de 1987 para a Empresa de Eletricidade dos Açores, integrando o quadro permanente em 1 de abril de 1988. Até 17 de janeiro de 1991 exerceu funções técnicas no Departamento Central de Coordenação Económica (Planeamento). De 18 de janeiro de 1991 até 1 de dezembro de 1994 foi Diretora do Gabinete de Organização e Gestão Financeira da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas e de 2 de dezembro de 1994 até outubro de 1996 foi Diretora Regional da Habitação. Na Empresa de Electricidade dos Açores exerceu também: de novembro a dezembro de 2000 funções técnicas no Centro de Exploração de S. Miguel e na Direção de Estudos e Desenvolvimento (investimentos); de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2009 foi Coordenadora do Grupo de Atividades da Gestão Financeira e Seguros integrado na Direção de Finanças e Seguros; a partir de 1 janeiro de 2010 até 11 de julho de 2013 foi Coordenadora do Gabinete de Auditoria Interna; de 12 de julho de 2013 até 3 de fevereiro de 2021 foi Diretora de Finanças e Seguros, responsável pelas áreas de Tesouraria, Gestão Financeira e Seguros. É Administradora da empresa desde 4 de fevereiro de 2021 e Gerente da SEGMA, Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda, desde a mesma data.

Eng.º Carlos Filipe Almeida Santos Pereira: Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em 2002. Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, perito qualificado no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE); Técnico auditor energético e autor de planos de racionalização e de relatórios de execução e progresso no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE). Iniciou a sua carreira profissional no Grupo TAVFER (2003/2004), integrando a equipa responsável pela implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001) nas empresas ALFERAL - Zincagem de precisão para peças automóveis e Lacagem de Metais e CIMA S.A.– Centro de Inspeção Mecânica em Automóveis. Desde 2004 é Quadro Superior da SEGMA – Serviços de Engenharia Gestão e Manutenção Lda, tendo exercido os seguintes cargos: Diretor Técnico desde 2006. Coordenador Núcleo de S. Miguel e St. Maria (2004 a 2006). Integra a Gerência da SEGMA desde 26 de março de 2008.

2. RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1. Enquadramento

A pandemia Covid-19 teve um impacto profundo na atividade económica nacional e mundial em 2020, após uma queda histórica do PIB em 2020, a economia nacional registou uma recuperação assinalável em 2021. A atividade económica deverá atingir níveis anteriores à crise pandémica durante a primeira metade de 2022. A taxa de inflação homologa fixou-se nos 1,3% (1,6% na Região) em dezembro o que significou uma aceleração face a 2020.

A recuperação económica e a inflação foram as duas principais dinâmicas que moldaram a economia nacional e que deverão continuar a ser sentidas em 2022. Portugal teve a segunda taxa de inflação mais baixa da Zona Euro, o valor para a taxa de inflação homologa em dezembro foi de 5,3% na Zona Euro. Este indicador reflete o aumento generalizado dos preços ao longo de toda a cadeia de valor. Em Portugal o índice de preços na produção industrial registou em dezembro uma variação de 8,8%. Este valor foi de 36,6% apenas para as indústrias de eletricidade, gás, água e ar quente e frio.

A nível nacional a taxa de desemprego recuou 0,4%, mas na Região este indicador acelerou para 8,2%, tendo resultado provavelmente das dificuldades sentidas no setor do turismo com as restrições à mobilidade sobretudo durante as 2ª e 3ª vagas do COVID-19.

O turismo, que foi um importante impulsionador da atividade económica regional nos últimos anos, foi especialmente atingido, mas já com indicação de recuperação a julgar pelo crescimento no número de dormidas em 2021.

Apesar das perspetivas de continuação da recuperação económica em 2022, atualmente estas permanecem rodeadas de alguma incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da evolução do conflito militar no leste europeu tendo em conta a dependência energética da EU face à Rússia.

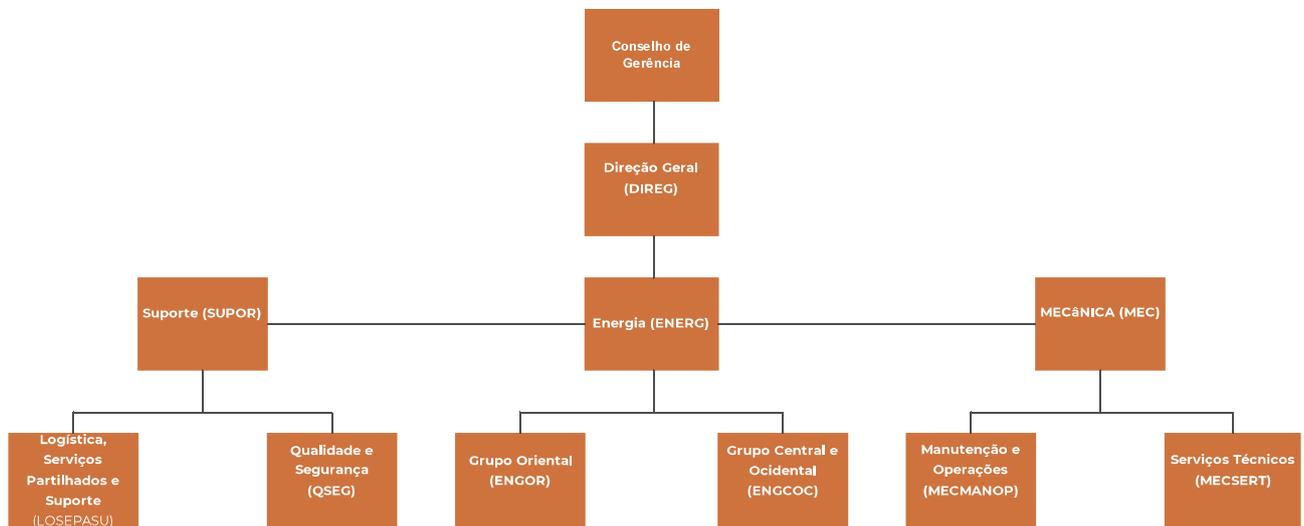
Indicadores Económicos	Variações homólogas		
	2021	2020	2019
População Empregada	-2,9%	3,1%	0,1%
Taxa Desemprego	8,2%	5,5%	6,1%
Energia elétrica	3,8%	-1,6%	-3,2%
Índice Atividade Económica	11,2%	-2,7%	-2,7%
Inflação taxa homologa	1,6%	-0,2%	-0,2%
Edifícios licenciados	6,9%	-1,0%	3,3%
Venda de cimento	-5,2%	49,5%	15,1%
Constituição líquida empresas	224	68	253
Dormidas estab. Hoteleiros	149,5%	-61,7%	-71,0%

Fonte: Serviço Regional de Estatística "Boletim Trimestral"

2.2. Organização

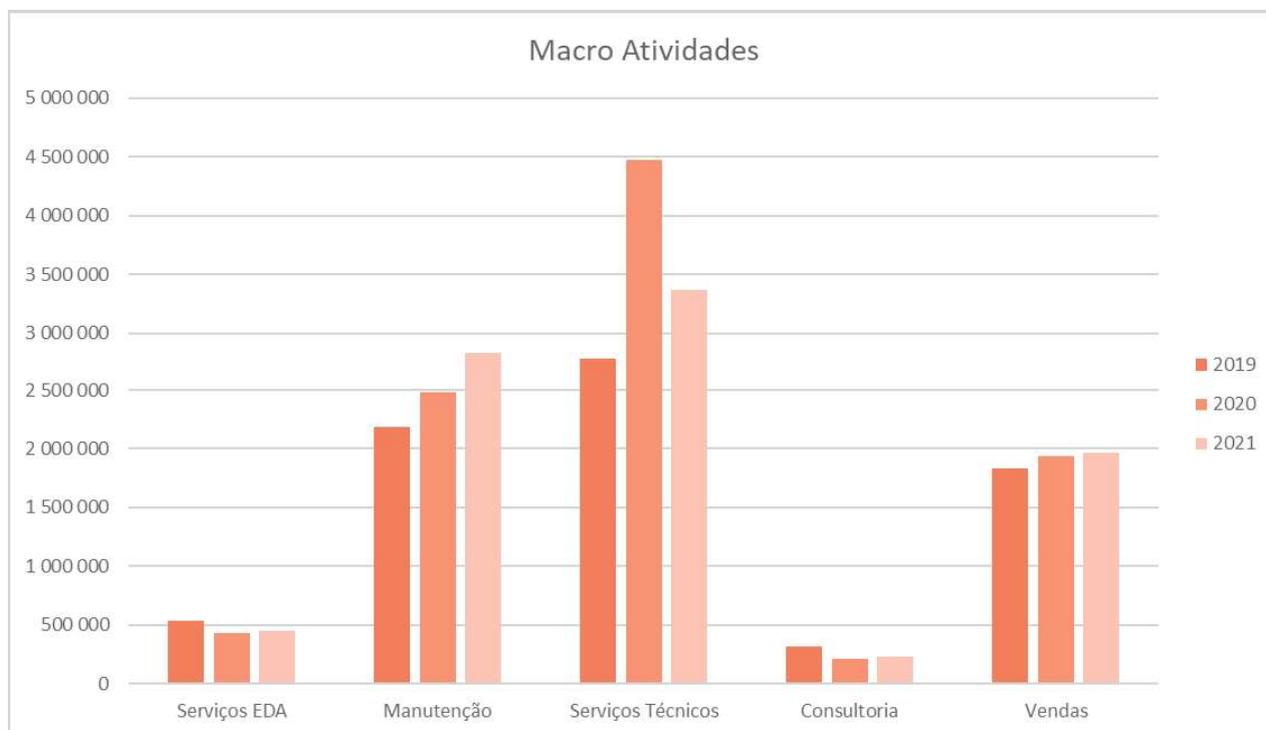
A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., é uma empresa do Grupo EDA, constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo, progressivamente, a alargar a sua atividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado.

A organização da SEGMA, com órgãos de apoio flexíveis e leves, tem-se revelado um modelo eficaz e que decidimos aprofundar. Em 2021 a SEGMA reorganizou-se criando uma Direção Geral que se subdivide em três departamentos, Suporte, Energia e Mecânica. Estes departamentos organizam-se por Centros de Atividade que atuam de forma mais especializada.



2.3. Macro Atividades

Em 2021 o Volume de negócios atingiu os 8,8 milhões de euros, menos 7% do que no ano anterior. No entanto as expetativas para o volume de negócios de 2021 foram superadas em 20%.



Em 2021 verificou-se um aumento de 14% na atividade de Manutenção, apesar dos contratos de manutenção se manterem praticamente inalterados, as intervenções pontuais (+28%) e remodelações de sistemas (+109%) foram os impulsionadores do crescimento verificado nesta atividade.

(euro)

	Energia	Mecânica	Total Geral
Serviços EDA	447 605	0	447 605
Manutenção	1 570 463	1 245 296	2 815 760
Serviços Técnicos	1 842 481	1 522 725	3 365 206
Consultoria	226 921	6 899	233 820
Vendas	1 947 315	21 071	1 968 386
Total Geral	6 034 786	2 795 991	8 830 777

Os Serviços Técnicos registaram uma forte diminuição relativamente a 2020, esta quebra era esperada à partida pela análise da carteira de encomendas, felizmente veio a verificar-se inferior ao esperado originalmente. Existia ainda a expetativa do adiamento de investimentos em resultado da incerteza advinda do contexto pandémico, que acabou por não se verificar na magnitude esperada. Mesmo assim relativamente ao ano anterior a diminuição registada foi de 1,1 milhões de euros, 72% deste valor verificou-

se no departamento de Energia. O valor registado conseguiu superar o verificado em 2019.

As Vendas mantiveram um nível idêntico ao verificado no ano anterior, com a manutenção do mesmo nível de fornecimento de luminárias LED.



No departamento de Mecânica o volume de negócios apresenta maior concentração na manutenção e serviços técnicos, enquanto a consultoria e vendas revelam menor peso.

A manutenção e os serviços técnicos em conjunto representam cerca de 69% da faturação da SEGMA.

2.4. Recursos Humanos

No final de 2021 a equipa da SEGMA integrava 52 trabalhadores, dos quais 49 pertenciam ao quadro permanente e 2 estavam com contrato a termo. Esta equipa integra trabalhadores em permanência nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico e Faial.

Recursos Humanos	2018	2019	2020	2021	Variação 20/21
Colaboradores	52	50	51	52	2%
Gasto c/Pessoal/nº colaboradores	24 880 €	27 091 €	28 456 €	29 814 €	5%

Volume Negócios/nº colaboradores	141 040 €	152 794 €	186 826 €	169 823 €	-9%
----------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----

O aumento do número de trabalhadores está relacionado com a contratação que ocorreu de técnicos para reforçar o centro de atividade ENGCOG, com o objetivo de dotar este centro de maior capacidade operacional nas ilhas do grupo Central e Ocidental.

A redução do volume de negócios aliada ao ligeiro aumento do número de colaboradores resultou numa descida do valor médio do volume de negócios por colaborador de 9%, mesmo assim demonstra uma tendência de subida considerando os anos anteriores. Em 2021 o gasto médio por colaborador cresceu 5%, refletindo a atualização salarial negociada para 2021 e a aplicação do plano de carreiras consagrado no Acordo de Empresa da SEGMA.

Os quadros superiores representam cerca de 23%, sendo um valor altamente positivo e revelador da potencialidade da empresa. O Capital Humano da SEGMA continua a ser um elemento determinante que alavancará o crescimento da empresa.

2.5. Situação Económica e Financeira

2.6. Situação económica

Os resultados da SEGMA no ano 2021 sentiram uma redução de 32% relativamente ao ano de 2020, mas continuam a apresentar uma tendência de crescimento de acordo com os dados históricos.

(euro)

Resultados	2018	2019	2020	2021	Variação 20/21	
Cash Flow Operacional (EBTDA)	871 012	1 118 427	1 633 498	1 155 568	-477 930	-29%
Resultados Operacionais (EBIT)	764 812	962 728	1 475 944	1 012 868	-463 075	-31%
Resultados Financeiros	8 605	5 800	9 504	396	-9 108	-96%
Resultado antes impostos	773 416	968 528	1 485 448	1 013 264	-472 183	-32%
Imp. sobre o rendimento	144 162	179 459	277 010	187 232	-89 778	-32%
Res. líquido do exercício	629 255	789 068	1 208 438	826 032	-382 406	-32%

O resultado líquido do exercício de 2021 foi de 826 milhares de euros refletindo-se uma redução da rentabilidade operacional relativamente a 2020, com uma diminuição dos rendimentos operacionais de 697 milhares de euros para uma diminuição de gastos operacionais de apenas 222 milhares de euros.

Os resultados financeiros apresentam uma diminuição significativa relativamente a 2020, fruto da redução para 0% da taxa de remuneração, aplicada sobre os excedentes de tesouraria, consequência do indexante EURIBOR negativo.

2.7. Rendimentos e Ganhos

Os rendimentos e ganhos totais apresentam um decréscimo de 7%, decorrente da diminuição do volume de negócios. No quadro seguinte apresentam-se os valores dos rendimentos nos últimos quatro anos.

(euro)

Rendimentos e Ganhos	2018	2019	2020	2021	Variação 20/21	
Vendas e Prestações Serviços	7 334 102	7 639 700	9 528 126	8 830 777	-697 349	-7%
Subsídios à exploração	0	0	4 714	326	-4 388	-93%
Outros Rendimentos e Ganhos	81 079	117 039	121 311	84 829	-36 482	-30%
Reversões de imparidades	92 382	75 249	93 541	144 040	50 499	54%
Rendimentos e Ganhos Op.	7 507 564	7 831 988	9 747 692	9 059 972	-687 720	-7%
Rend. e ganhos financeiros	8 605	5 800	9 504	396	-9 108	-96%
Total	7 516 168	7 837 788	9 757 196	9 060 368	-696 828	-7%

2.8. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas totais em 2021 ascendem a 8,05 milhões de euros. A redução de 3% nestes gastos acompanhou o decréscimo do volume de negócios, ficando aquém da diminuição de 7% verificada nos rendimentos totais. A redução dos gastos operacionais foi sobretudo impulsionada pelos gastos com fornecimentos e serviços externos, que decresceram (-8%) 377 milhares de euros.

Gastos e Perdas	(euro)					
	2018	2019	2020	2021	Variação 20/21	
CMVMC	1 010 249	1 821 851	1 857 317	1 877 099	19 782	1%
Forn. e serviços externos	4 212 503	3 326 940	4 684 503	4 307 513	-376 990	-8%
Gastos com pessoal	1 293 770	1 354 540	1 451 262	1 550 321	99 059	7%
Imparidades	113 621	112 973	102 113	31 233	-70 880	-69%
Outros gastos operacionais.	6 409	22 008	18 999	140 399	121 401	639%
Depreciações e Amortizações	106 201	155 699	157 554	142 700	-14 854	-9%
Gastos Operacionais	6 742 752	6 794 011	8 271 748	8 049 265	-222 482	-3%
Custos e perdas financeiro.	0	1	0	0	0	0%
Total	6 742 752	6 794 012	8 271 748	8 049 265	-222 482	-3%

O maior crescimento registado ao nível dos gastos operacionais deveu-se ao comportamento da rubrica Outros Gastos Operacionais, devido ao reconhecimento como gastos do exercício de encargos com propriedades de investimento.

Na estrutura de gastos da SEGMA, assume particular relevo a rubrica de fornecimentos e serviços externos, com um peso de 49% relativamente às prestações de serviços. Verificou-se uma redução significativa nestes gastos

(-8%), em linha com a redução do volume de negócios. Esta redução foi sobretudo sentida ao nível dos Subcontratos de Serviços (-24%) e honorários (-25%).

Forn. e Serv Externos	(euro)					
	2018	2019	2020	2021	Variação 20/21	
Subcontratos materiais	2 430 969	1 619 566	2 260 031	2 308 209	48 178	2%
Subcontratos Serviços	1 072 725	1 114 694	1 506 027	1 145 413	-360 614	-24%
Honorários	167 190	130 983	273 779	204 130	-69 649	-25%
Outros	541 618	461 698	644 666	649 761	5 095	1%
Total	4 212 503	3 326 940	4 684 503	4 307 513	-376 990	-8%

Os gastos com mercadorias vendidas e consumidas aumentaram 1% face a 2020, em linha com o crescimento das vendas de luminárias Led. Os fornecimentos e serviços externos totalizaram 4,31 milhões de euros menos 8% do que em 2020.

Nos gastos com ajudas de custo, comunicações, frota automóvel e deslocações e estadas, verificou-se um crescimento de 8% relativamente ao ano de 2020. Estes gastos representam 3% do volume de negócios.

(euro)

	2018	2019	2020	2021	Variação 20/21	
Ajudas de Custo	55 902	65 088	78 546	91 399	13 458	21%
Comunicações	7 406	10 571	9 819	7 333	-752	-7%
Frota automóvel	58 429	52 722	56 066	59 700	3 344	6%
Deslocações e Estadas	106 752	107 286	110 277	118 165	2 991	3%
Total Geral	228 489	235 667	254 709	276 597	19 042	8%

A análise comparativa dos gastos operacionais relativamente ao ano anterior e ao plano, deve considerar que as oportunidades do mercado definem o nível de atividade da empresa e consequentemente os recursos necessários para a estas corresponder. Deve ainda ser considerada a tipologia dos projetos executados bem como a sua exigência em recursos internos e externos à empresa.

(euro)

Gastos operacionais	2018	2019	2020	2021	2021	Variação 20/21	Variação 20 Ex./Prev.		
				Previsto	Executado				
CMVMC	1 010 249	1 821 851	1 857 317	1 845 840	1 877 099	19 782	1,1%	31 259	2%
Forn. e serviços externos	4 212 503	3 326 940	4 684 503	3 299 262	4 307 513	-376 990	-8,0%	1 008 251	31%
Gastos com pessoal	1 293 770	1 354 540	1 451 262	1 435 222	1 550 321	99 059	6,8%	115 099	8%
Imparidades	21 238	112 973	102 113	40 178	31 233	-70 880	-69,4%	-8 945	-22%
Outros gastos operacio.	6 409	22 008	18 999	23 964	140 399	121 401	639,0%	116 435	486%
Depreciações e Amortizações	106 201	155 699	157 554	143 459	142 700	-14 854	-9,4%	-759	-1%
Total	6 650 369	6 794 011	8 271 748	6 787 925	8 049 265	-222 482	-2,7%	1 261 340	18,6%

2.9. Indicadores Económicos

Os indicadores económicos, constantes do quadro seguinte, demonstram a estabilidade da rentabilidade da empresa nos últimos quatro anos.

Indicadores Económicos	2018	2019	2020	2021
Rentabilidade do Ativo Total	7%	8%	11%	7%
ROE	8%	10%	13%	9%
Rentabilidade da Prest. Serviços	9%	10%	13%	9%
Cash-Flow (euros)	735 455	944 768	1 365 992	968 732

Em 2021 verificou-se a manutenção dos indicadores de rentabilidade da empresa dentro do registado nos últimos anos. O ano 2020 é a clara exceção aos valores registados nos últimos quatro anos.

2.10. Situação Financeira

Os balanços dos últimos quatro anos, que se apresentam seguidamente, espelham a situação patrimonial da SEGMA, pondo em evidência a estabilidade da sua estrutura financeira, com um ativo total de 11,2 milhões de euros.

Balanço	2018	2019	2020	2021	(euro)	
					Varição 20/21	
Ativo						
Ativo Não Corrente	1 595 992	1 752 888	1 686 890	1 658 693	-28 197	-2%
Ativo Corrente	7 878 857	8 624 384	9 247 333	9 611 213	363 880	4%
Total	9 474 849	10 377 272	10 934 223	11 269 906	335 683	3%
Capital próprio	7 811 970	8 281 886	9 092 520	9 313 503	220 984	2%
Passivo						
Passivo Não Corrente	1 826	755	32	17	-15	-47%
Passivo Corrente	1 661 053	2 094 631	1 841 672	1 956 385	114 714	6%
Total	9 474 849	10 377 272	10 934 223	11 269 906	335 683	3%

O aumento do Ativo em 2021 ficou a dever-se ao incremento do ativo corrente sobretudo por via de acionistas e sócios, caixa e outras contas a receber, enquanto o ativo não corrente diminuiu por conta das depreciações registadas. No que diz respeito ao passivo corrente, verifica-se um crescimento de 6%, com o crescimento de fornecedores, diferimentos e outras contas a pagar. O capital próprio atingiu o valor de 9.313.503 euros, mais 2% do que em 2020 por via dos resultados transitados.

2.11. Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros presentes no quadro seguinte, transmitem uma estrutura financeira sólida.

Indicadores Financeiros	2018	2019	2020	2021
Debt to equity	0,21	0,25	0,20	0,21
Liquidez Geral	474%	420%	502%	491%
Solvabilidade	470%	396%	494%	476%
Autonomia Financeira	82%	80%	83%	83%

O indicador de liquidez evidencia a capacidade da empresa em solver os seus compromissos de curto prazo.

No ano de 2021, a atividade da SEGMA continuou, tal como nos anos anteriores, a ser financiada maioritariamente por capitais próprios, como demonstra o rácio de autonomia financeira.

3. INFORMAÇÕES DA SOCIEDADE

A SEGMA é uma empresa pública, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008-A, de 24 de março, pelos que deve, conforme Art.º 16, do referido diploma, prestar as informações complementares que seguidamente se explicitam.

3.1. Remunerações dos órgãos sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral da empresa. Os valores remuneratórios brutos dos Órgãos Sociais no ano de 2021 corresponderam a:

Conselho de Gerência	
Gerente	- €
Gerente	- €
Gerente	76 149€
TOTAIS	76 149€

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais e de Fiscalização os seguintes montantes:

	2021	2020
Revisor Oficial de Contas	6 000	6 000
	6 000	6 000

3.2. Indicação do número de reuniões do órgão de gestão

Durante o ano de 2021 o Conselho de Gerência realizou 8 (oito) reuniões. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia da SEGMA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa, a aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2020, bem como da Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2022.

3.3. Quotas próprias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a empresa não deteve nem transacionou quotas próprias.

3.4. Negócios entre a sociedade e os seus gerentes

Não existiu qualquer transação entre a sociedade e os seus gerentes.

3.5. Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

3.6. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam dívidas ao Estado nem à Segurança Social.

3.7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4. PERSPETIVAS PARA 2022

O ano de 2021 ficou marcado pelo início da recuperação económica após pico da pandemia COVID-19. Esta recuperação colocou alguma pressão sobre as cadeias logísticas internacionais, resultando em ruturas de fornecimentos de matérias-primas, materiais e equipamentos. Mesmo assim a SEGMA conseguiu ultrapassar as dificuldades colocadas por este contexto.

No entanto espera-se que em 2022 o impacto económico destas dificuldades seja ainda sentido. Considerando o comportamento da economia do país, e dos indicadores regionais, as expetativas para 2022 são mais animadoras, mas com riscos resultantes de eventuais medidas sanitárias e do conflito militar no leste europeu com a consequente escalada de sanções económicas que irão agravar a subida acentuada nos preços da energia. De forma mais contundente, a subida de preços de matérias-primas, terá impacto em bens e materiais a incorporar em projetos da SEGMA provocando uma diminuição das margens de negócio em 2022.

As projeções financeiras e o orçamento anual para 2022 ficam condicionados pelo ponto anterior, perspetivando-se que exista uma tendência negativa em algumas áreas de atuação. Neste contexto a SEGMA terá de ajustar a sua estratégia, com inevitáveis subidas de preços ao cliente a implementar de forma gradual e ainda promovendo eficiência na sua atividade, através da continua otimização de processos, melhorias das infraestruturas e recursos disponíveis.

Está ainda previsto que durante o ano de 2022 seja formalizada a parceria entre a Região Autónoma dos Açores e a SEGMA para exploração da estação geodésica (RAEGE) na ilha de Santa Maria, com a celebração do contrato de arrendamento.

As prioridades para os próximos anos, são as seguintes:

- Valorização dos recursos humanos (formação, sensibilização e certificação);
- Implementação do Sistema de Gestão da Segurança;
- Incremento da prestação de serviços de consultoria;
- Melhoria e revisão de processos e procedimentos de trabalho;
- Continuo envolvimento da empresa em projetos de referência para a região de cariz tecnológico, promovendo e sediando competências;
- Investir na mobilidade elétrica.

• PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Gerência propõe que os resultados do exercício de 2021, no valor de € 826.031,87 (oitocentos e vinte e seis mil, trinta e um euros e oitenta e sete cêntimos), tenham a seguinte aplicação:

Dividendos	414.000,00 €
------------	--------------

Resultados Transitados	412.031,87 €
------------------------	--------------

Ponta Delgada, 25 de março de 2022

A GERÊNCIA

João Carlos Santos Correia

Maria Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ANEXO

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ANEXO	20
BALANÇO	22
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	23
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	24
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	25
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	26
1. INTRODUÇÃO	26
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
2.1. BASE DE PREPARAÇÃO	27
2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC	27
2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	27
3.1. CONVERSÃO CAMBIAL.....	28
3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	28
3.3. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	29
3.4. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	29
3.5. IMPARIDADES DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS	30
3.6. ATIVOS FINANCEIROS.....	30
3.7. INVENTÁRIOS	31
3.8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	32
3.9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32
3.10. CAPITAL.....	32
3.11. PASSIVOS FINANCEIROS.....	33
3.12. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	33
3.13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	34
3.14. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	34
3.15. PROVISÕES.....	35
3.16. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO.....	35
3.17. LOCAÇÕES.....	35
3.18. GASTOS E RENDIMENTOS	36
3.19. RÉDITO.....	36
3.20. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS.....	37
3.21. COMPENSAÇÃO DE SALDOS E TRANSAÇÕES.....	37
3.22. MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	37
3.23. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS	37
3.23.1. <i>Provisões</i>	37
3.23.2. <i>Rédito</i>	38
3.23.3. <i>Imparidade</i>	38
3.24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO	38
4. FLUXOS DE CAIXA	38
4.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO	38
4.2. DETALHE DA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....	38
5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	39
5.1. ALTERAÇÕES ÀS NORMAS	39
5.2. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	39
5.3. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS	39

5.4.	ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES.....	39
6.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	40
7.	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	41
8.	ATIVOS INTANGÍVEIS	42
9.	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	42
10.	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	43
11.	INVENTÁRIOS	43
12.	CLIENTES	44
13.	SÓCIOS	45
14.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	45
15.	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	46
16.	DIFERIMENTOS	47
17.	CAPITAL SUBSCRITO	47
18.	RESERVA LEGAL E RESULTADOS ACUMULADOS	48
19.	FORNECEDORES.....	48
20.	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	49
21.	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	50
22.	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	50
23.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	51
24.	GASTOS COM PESSOAL	52
25.	OUTROS RENDIMENTOS	52
26.	OUTROS GASTOS	53
27.	RENDIMENTOS FINANCEIROS	53
28.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	53
29.	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	54
30.	CONTINGÊNCIAS.....	54
31.	MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	56
32.	PARTES RELACIONADAS.....	56
32.1.	REMUNERAÇÃO DA GERÊNCIA.....	57
32.2.	TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS.....	57
33.	DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	60
34.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	60

Balanço

	Nota	31 de dezembro	
		2021	2020
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	181 286	163 389
Propriedades de investimento	7	1 122 439	1 166 704
Ativos intangíveis	8	753	27 738
Outros investimentos financeiros	9	73 495	71 144
Clientes	12	120 388	86 133
Créditos a receber	15	156 804	156 804
Ativos por impostos diferidos	10	3 527	14 977
		1 658 693	1 686 890
Corrente			
Inventários	11	176 006	117 919
Clientes	12	2 580 909	3 783 833
Estado e outros entes públicos	14	52 200	-
Sócios	13	5 400 000	4 880 000
Outros créditos a receber	15	641 665	270 685
Diferimentos	16	139 820	70 753
Caixa e depósitos bancários	4	620 612	124 143
		9 611 213	9 247 333
Total do ativo		11 269 906	10 934 223
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	17	200 000	200 000
Reservas legais	18	46 000	46 000
Resultados transitados	18	8 241 397	7 637 959
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	18	75	123
Resultado líquido do período	18	826 032	1 208 438
		9 313 503	9 092 520
Total do capital próprio		9 313 503	9 092 520
Passivo			
Não corrente			
Outras dívidas a pagar	20	17	32
		17	32
Corrente			
Fornecedores	19	1 213 410	1 063 565
Estado e outros entes públicos	14	95 273	330 615
Outras dívidas a pagar	20	265 991	218 670
Diferimentos	16	381 712	228 821
		1 956 385	1 841 672
Total do passivo		1 956 402	1 841 703
Total do capital próprio e do passivo		11 269 906	10 934 223

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

A Gerência

Cláudio Manuel Raposo Torres

João Carlos Santos Correia

Maria Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	Período	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	21	8 830 777	9 528 126
Subsídios à exploração	24	326	4 714
Trabalhos para a própria entidade		2 162	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	(1 877 099)	(1 857 317)
Fornecimentos e serviços externos	23	(4 307 513)	(4 684 503)
Gastos com o pessoal	24	(1 550 321)	(1 451 262)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	112 806	(8 573)
Outros rendimentos	25	84 829	121 311
Outros gastos	26	(140 399)	(18 999)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 155 568	1 633 498
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	6,7 e 8	(142 700)	(157 554)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 012 868	1 475 944
Juros e rendimentos similares obtidos	27	396	9 504
Resultado antes de impostos		1 013 264	1 485 448
Imposto sobre o rendimento do período	28	(187 232)	(277 010)
Resultado líquido do período		826 032	1 208 438

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

A Gerência

João Carlos Santos Correia

Maria Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

Demonstração das alterações no capital próprio

	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2020	200 000	46 000	7 243 890	2 927	789 068	8 281 886
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	789 068	(2 804)	(789 068)	(2 804)
Resultado líquido do período	-	-	789 068	(2 804)	1 208 438	1 208 438
Resultado integral					1 208 438	1 208 438
Operações com detentores de capital no período						
Distribuições	-	-	(395 000)	-	-	(395 000)
	-	-	(395 000)	-	-	(395 000)
A 31 de dezembro de 2020	200 000	46 000	7 637 959	123	1 208 438	9 092 520
A 1 de janeiro de 2021	200 000	46 000	7 637 959	123	1 208 438	9 092 520
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	1 208 438	(48)	(1 208 438)	(48)
Resultado líquido do período	-	-	1 208 438	(48)	826 032	826 032
Resultado integral					826 032	826 032
Operações com detentores de capital no período						
Distribuições	-	-	(605 000)	-	-	(605 000)
	-	-	(605 000)	-	-	(605 000)
A 31 de dezembro de 2021	200 000	46 000	8 241 397	75	826 032	9 313 503

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

A Gerência

João Carlos Santos Correia

Maria Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	31 de dezembro	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		11 140 507	9 647 644
Pagamentos a fornecedores		(7 266 688)	(7 641 362)
Pagamentos ao pessoal		(1 523 952)	(1 361 663)
Caixa gerada pelas operações		2 349 867	644 620
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(329 467)	(234 740)
Outros recebimentos/ pagamentos		(314 674)	(207 142)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		1 705 726	202 737
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(105 849)	(65 910)
Ativos fixos intangíveis		-	-
Financiamentos concedidos	12	(18 700 000)	(19 680 000)
Outros activos		(3 159)	(2 998)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		500	-
Financiamentos concedidos		18 180 000	19 850 000
Outros activos		807	2 008
Juros e rendimentos similares		7 672	6 530
Dividendos		15 773	15 042
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(604 256)	124 673
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(605 000)	(395 000)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(605 000)	(395 000)
Varição de caixa e seus equivalentes		496 470	(67 590)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	124 143	191 733
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	620 612	124 143
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		48	1
Depósitos bancários		620 564	124 142
		620 612	124 143

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

A Gerência

Cláudio Manuel Raposo Torres

João Carlos Santos Correia

Maria Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., (referida neste documento como “SEGMA” ou “Empresa”) foi constituída em 6 de março de 1998 e tem como objeto a conceção e elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais, bem como atividades complementares com aquelas.

A SEGMA pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 90% pela Electricidade dos Açores, S.A. e em 10% pela EDA Renováveis, S.A..

A SEGMA atua nas seguintes áreas de negócio:

- i) Consultoria, projeto, fornecimento, montagem, fiscalização, manutenção e operação de instalações elétricas (BT/MT), telecomunicações, eletromecânica e mecânica, AVAC, grupos geradores, UPS, Equipamentos de energias renováveis;
- ii) Certificação energética de edifícios e auditorias energéticas; e
- iii) Gestão e manutenção de unidades industriais e edifícios.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência, em 25 de março de 2022. É opinião da Gerência que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SEGMA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela SEGMA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Gerência e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Gerência procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo

acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Gerência concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da SEGMA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam saldos em moeda estrangeira para os quais fosse necessário efetuar a conversão.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	Entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 1 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 1 a 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados, rubrica de "Outros gastos" ou "Outros rendimentos".

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos

comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A SEGMA reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A SEGMA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A SEGMA não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.5. Imparidades de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Gerência determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

(a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

A SEGMA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A SEGMA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A SEGMA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a SEGMA reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Inventários

Os inventários referem-se a mercadorias para venda imediata a clientes.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.

3.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às quotas ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A Gerência determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

A SEGMA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a SEGMA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,70%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração fiscal durante um período de 4 anos..

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

A taxa de imposto utilizada para o cálculo do imposto diferido à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de 18,4% e 20,5% respetivamente, que é a taxa de imposto definida para o Grupo EDA..

3.14. Benefícios aos empregados

A SEGMA tem atribuído aos seus empregados planos de contribuição definida, nos quais assume unicamente a responsabilidade de efetuar uma contribuição, correspondente a uma % sobre o salário pago aos empregados aderentes, com a possibilidade de uma contribuição adicional a título de incentivo, se o empregado também contribuir e tiver boas avaliações de desempenho.

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pelo BPI pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- (a) contribuição base de 1% do salário pensionável pela Empresa sem qualquer condição;

(b) contribuição voluntária do empregado que a SEGMA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a SEGMA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SEGMA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A SEGMA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à SEGMA, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a SEGMA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente

classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a SEGMA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a SEGMA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de serviços no decurso normal da atividade da SEGMA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a SEGMA; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela SEGMA resulta da prestação de serviços de elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais, bem como atividades complementares com aquelas .

3.20. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros aos sócios da SEGMA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que a distribuição de lucros é aprovada pelos seus sócios.

3.21. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

3.22. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a SEGMA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da SEGMA e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SEGMA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gerência, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.23.1. PROVISÕES

A SEGMA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.23.2. RÉDITO

O reconhecimento do rédito quando associado à execução de atividades específicas exige uma contínua avaliação das estimativas dos gastos que devem ser reconhecidas com referência à data do serviço prestado.

3.23.3. IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SEGMA, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.24. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A SEGMA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2021	2020
Caixa	48	1
Depósitos bancários	620 564	124 142
	620 612	124 143

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O recebimento e reembolso de empréstimos obtidos de outras entidades, nomeadamente do acionista EDA, são considerados como atividades de investimento, de acordo com o disposto na alínea (e) e (f) da NCRF 2 -- Demonstrações de Caixa..

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela SEGMA, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

A SEGMA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos	Investimentos em curso	Total
1 de janeiro de 2021						
Custo de aquisição	93 774	441 419	88 145	245 140	-	868 477
Depreciações acumuladas	(61 810)	(348 146)	(77 852)	(217 280)	-	(705 088)
Valor líquido	31 964	93 273	10 293	27 860	-	163 389
Movimento de 2021						
Adições	-	35 367	8 447	38 807	6 725	89 346
Alienações	-	(500)	-	-	-	(500)
Depreciação - período	(6 579)	(45 214)	(8 342)	(11 316)	-	(71 450)
Depreciação - alienações	-	500	-	-	-	500
	25 385	83 427	10 398	55 351	6 725	181 286
31 de dezembro de 2021						
Custo de aquisição	93 774	476 286	96 592	283 947	6 725	957 323
Depreciações acumuladas	(68 388)	(392 859)	(86 193)	(228 596)	-	(776 037)
Valor líquido	25 385	83 427	10 398	55 351	6 725	181 286

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos	Total
1 de janeiro de 2020					
Custo de aquisição	66 248	453 767	77 947	230 336	828 298
Depreciações acumuladas	(59 360)	(300 331)	(70 952)	(210 907)	(641 550)
Valor líquido	6 889	153 436	6 995	19 428	186 748
Movimento de 2020					
Adições	27 525	1 800	10 198	14 804	54 327
Alienações	-	(14 148)	-	-	(14 148)
Depreciação - período	(2 450)	(61 963)	(6 900)	(6 373)	(77 686)
Depreciação - alienações	-	14 148	-	-	14 148
	31 964	93 273	10 293	27 860	163 389
31 de dezembro de 2020					
Custo de aquisição	93 774	441 419	88 145	245 140	868 477
Depreciações acumuladas	(61 810)	(348 146)	(77 852)	(217 280)	(705 088)
Valor líquido	31 964	93 273	10 293	27 860	163 389

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O saldo desta rubrica refere-se às instalações da estação geodésica:

	2021	2020
A 1 de janeiro		
Valor bruto	1 432 294	1 432 294
Depreciações acumuladas	(265 590)	(221 325)
Valor líquido	1 166 704	1 210 969
Depreciações - Período	(44 265)	(44 265)
	(44 265)	(44 265)
A 31 de dezembro		
Valor bruto	1 432 294	1 432 294
Depreciações acumuladas	(309 855)	(265 590)
Valor líquido	1 122 439	1 166 704

Todos os encargos e despesas decorrentes da utilização das instalações têm sido suportados pelo utilizador do imóvel, não estando ainda formalmente estabelecidas as rendas que serão suportadas pela entidade arrendatária - Região Autónoma dos Açores.

O valor recuperável deste ativo será determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes das rendas que venham ser acordadas e com a alienação do ativo no fim da sua vida útil. Não obstante, procedeu-se no presente período ao desreconhecimento das rendas estimadas até 31 dezembro de 2020, no montante de 135.000 euros (Nota 15 e 26).

A Gerência está convicta que dessas rendas futuras ainda não acordadas com a Região Autónoma dos Açores não resultará qualquer perda de valor e, por isso, considera que não é necessário reconhecer qualquer perda por imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis registados pela SEGMA referem-se a programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	113 621	113 621
Amortizações acumuladas	<u>(85 882)</u>	<u>(50 279)</u>
Valor líquido	<u>27 738</u>	<u>63 342</u>
Adições	-	-
Amortização - período	<u>(26 985)</u>	<u>(35 603)</u>
Valor líquido	<u>753</u>	<u>27 738</u>
31 de dezembro		
Custo de aquisição	113 621	113 621
Amortizações acumuladas	<u>(112 867)</u>	<u>(85 882)</u>
Valor líquido	<u>753</u>	<u>27 738</u>

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa:

	<u>% detida</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Investimentos em associadas			
EDA Renováveis, S.A.	0,32	<u>60 000</u>	<u>60 000</u>
		<u>60 000</u>	<u>60 000</u>
Outros investimentos			
Fundo de compensação do trabalho		<u>13 495</u>	<u>11 144</u>
Valor líquido		<u>73 495</u>	<u>71 144</u>

10. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(11 450)	(9 326)
	<u>(11 450)</u>	<u>(9 326)</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere à imparidade de clientes não aceite fiscalmente, para os períodos apresentados resume-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A 1 de janeiro	14 977	24 304
Constituição por resultados	1 368	14 977
Reversão por resultados	(12 818)	(24 304)
Movimento do período	(11 450)	(9 326)
A 31 de dezembro	3 527	14 977

11. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Equipamentos de segurança	9 463	7 662
Material diverso	166 543	110 257
	<u>176 006</u>	<u>117 919</u>

O custo dos inventários reconhecidos em 2021 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 1.877.099 euros (2020: 1.857.317 euros - Nota 22).

12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2021			2020		
	Não		Total	Não		Total
	Corrente	corrente		Corrente	corrente	
Clientes - grupo i)	869 720	-	869 720	710 939	-	710 939
Clientes - outros ii)	1 884 582	120 388	2 004 970	3 359 093	86 133	3 445 226
	<u>2 754 301</u>	<u>120 388</u>	<u>2 874 689</u>	<u>4 070 032</u>	<u>86 133</u>	<u>4 156 164</u>
Imparidade de clientes	(173 392)	-	(173 392)	(286 199)	-	(286 199)
	<u>2 580 909</u>	<u>120 388</u>	<u>2 701 297</u>	<u>3 783 833</u>	<u>86 133</u>	<u>3 869 966</u>

i) Clientes – grupo: compreende as dívidas dos sócios EDA (626.517 euros) e EDA Renováveis (241.895 euros) que dizem respeito a fornecimentos e montagens de diversos equipamentos e à manutenção e conservação dos Parques eólicos, respetivamente.

ii) Clientes – outros: referem-se essencialmente aos clientes privados, bem como diversas entidades governamentais nacionais e regionais e autarquias locais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de clientes estavam assim classificados no balanço:

	2021	2020
Corrente	2 580 909	3 783 833
Não corrente	120 388	86 133
A 31 de dezembro	<u>2 701 297</u>	<u>3 869 966</u>

O saldo não corrente é justificado por garantias prestadas a clientes, referentes a prestações de serviços efetuadas pela SEGMA.

Os saldos de clientes em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte antiguidade:

	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Grupo	799 063	-	4 348	-	66 308	869 720
Outros	1 546 476	45 970	55 247	69 360	287 918	2 004 970
	<u>2 345 539</u>	<u>45 970</u>	<u>59 595</u>	<u>69 360</u>	<u>354 226</u>	<u>2 874 689</u>

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm o seguinte movimento:

	2021	2020
A 1 de janeiro	286 199	277 626
Aumentos	31 233	102 113
Reversão do ano	(144 040)	(93 541)
Utilizações do ano	-	-
	<u>(112 806)</u>	<u>8 573</u>
A 31 de dezembro	<u>173 392</u>	<u>286 199</u>

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é a seguinte:

	2021	2020
de 6 a 12 meses	17 907	37 602
de 12 a 18 meses	8 103	25 803
de 18 a 24 meses	850	122 164
superior a 24 meses	146 532	100 630
	<u>173 392</u>	<u>286 199</u>

13. SÓCIOS

Nos termos da política financeira traçada pelo sócio EDA no que concerne à cedência de fundos a serem efetuados sempre que existam excedentes de tesouraria, o saldo no montante de 5.400.000 euros e 4.880.000 euros corresponde ao valor cedido respetivamente em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os quais vencem juros à taxa média anual de 0,01% (2020: 0,14%). Os juros debitados ao sócio a este respeito perfazem o montante de 396 euros (2020: 9.504 euros - Nota 27).

Esta cedência de fundos contratualizada pelo prazo de 12 meses renovável automaticamente por sucessivos e iguais períodos, está classificada em ativo corrente.

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de impostos a liquidar/a recuperar referem-se a:

	2021		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	52 200	-	-	103 288
Imposto s/ rendimento - IRS	-	13 856	-	22 412
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	52 126	-	166 044
Contribuições p/ segurança social	-	29 291	-	38 871
	<u>52 200</u>	<u>95 273</u>	<u>-</u>	<u>330 615</u>

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2021	2020
Pagamentos por conta	(224 748)	(159 486)
Retenções na fonte	(3 234)	(4 909)
Estimativa de IRC	175 782	267 683
	(52 200)	103 288

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores						
Cauções - grupo	66 038	156 804	222 842	-	-	-
Cauções	1 786	-	1 786	1 786	156 804	158 590
Outros devedores	27 350	-	27 350	13 036	-	13 036
	<u>95 173</u>	<u>156 804</u>	<u>251 977</u>	<u>14 822</u>	<u>156 804</u>	<u>171 626</u>
Pessoal	<u>710</u>	<u>-</u>	<u>710</u>	<u>2 846</u>	<u>-</u>	<u>2 846</u>
Adiantamentos a fornecedores	<u>1 391</u>	<u>-</u>	<u>1 391</u>	<u>924</u>	<u>-</u>	<u>924</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Prestações de serviços	544 391	-	544 391	117 092	-	117 092
Outros	-	-	-	135 000	-	135 000
	<u>544 391</u>	<u>-</u>	<u>544 391</u>	<u>252 092</u>	<u>-</u>	<u>252 092</u>
	<u>641 665</u>	<u>156 804</u>	<u>798 469</u>	<u>270 685</u>	<u>156 804</u>	<u>427 489</u>

Os devedores por acréscimos de rendimentos registados referem-se essencialmente a serviços prestados relacionados com a atividade e ainda não faturados (544.391 euros).

Como indicado na Nota 7, as rendas estimadas em períodos anteriores, no valor de 135.000, foram integralmente desreconhecidas no presente período por contrapartida da rubrica de Outros gastos (Nota 26).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a SEGMA tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

Ativo	2021	2020
Custos a diferir de serviços a prestar	139 820	69 751
Seguros	-	1 003
	139 820	70 753

Passivo	2021	2020
Serviços a concluir já faturados	381 712	228 821
	381 712	228 821

Os gastos a reconhecer no montante de 139.820 euros referem-se a materiais adquiridos que serão incorporados em serviços ainda não realizados.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a projetos já faturados no período e a concluir nos períodos seguintes.

17. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da SEGMA encontrava-se totalmente subscrito e realizado sendo representado por quatro quotas.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2021 e 2020, por sócio, é como segue:

	% detida	Capital Social
Electricidade dos Açores, S.A.	90	180 000
EDA Renováveis, S.A.	10	20 000
	100	200 000

18. RESERVA LEGAL E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica registou os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Reserva legal	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Total
1 de janeiro de 2020	46 000	7 243 890	2 927	7 292 817
Aplicação do resultado do exercício	-	789 068	-	789 068
Distribuição	-	(395 000)	-	(395 000)
Amortização de subsídios ao investimento	-	-	(2 804)	(2 804)
Ajustamento do imposto sobre o rendimento do ano	-	-	-	-
31 de dezembro de 2020	46 000	7 637 959	123	7 684 082
Aplicação do resultado do exercício	-	1 208 438	-	1 208 438
Distribuição	-	(605 000)	-	(605 000)
Amortização de subsídios ao investimento	-	-	(48)	(48)
31 de dezembro de 2021	46 000	8 241 397	75	8 287 471

A Reserva legal só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

De acordo com a deliberação da Assembleia geral de 31 de março de 2021, do resultado líquido do período de 2020 no montante de 1.208.438 euros, foram distribuídos lucros aos sócios no montante de 605.000 euros e a parte remanescente manteve-se em resultados transitados (603.438 euros).

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos diretamente em capital próprio e transferidos para resultados na mesma proporção e ao mesmo ritmo que as amortizações dos ativos financiados (Nota 25).

O ajustamento emergente do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro está registado em Outras dívidas a pagar, no montante de 17 euros (2020: 32 euros).

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	2021	2020
Fornecedores - grupo	61 826	10 515
Fornecedores - terceiros	1 151 584	1 053 050
	1 213 410	1 063 565

O saldo a pagar aos fornecedores – grupo: referem-se a montantes em dívida à EDA, S.A. e dizem respeito ao contrato de outsourcing de sistemas de informação, venda de materiais e prestações de serviços pelas áreas administrativas.

O saldo a pagar aos fornecedores – terceiros: fornecimento de material a aplicar em obras sob a responsabilidade da SEGMA, bem como prestação de serviços na realização de diversas obras subcontratadas pela SEGMA.

20. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores de investimentos - outros	1 539	-	1 539	1 883	-	1 883
	1 539	-	1 539	1 883	-	1 883
Outros credores						
Credores diversos	642	-	642	10 819	-	10 819
Imposto sobre o rendimento a pagar no futuro	-	17	17	-	32	32
	642	17	659	10 819	32	10 850
Credores por acréscimos de gastos						
Férias e subsídio de férias	154 945	-	154 945	149 346	-	149 346
Prémio ao pessoal	41 351	-	41 351	40 544	-	40 544
Outros acréscimos de gastos (Fornecimentos e serviços externos)	67 514	-	67 514	16 079	-	16 079
	263 810	-	263 810	205 969	-	205 969
	265 991	17	266 008	218 670	32	218 702

O imposto associado ao efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento era de 17 euros em 31 de dezembro de 2021 (2020: 32 euros).

21. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e serviços prestados reconhecidos na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Vendas		
Grupo	1 660 116	1 540 826
Outros	220 375	367 662
	<u>1 880 491</u>	<u>1 908 488</u>
Serviços prestados		
Grupo	1 643 556	2 026 268
Outros	5 306 730	5 593 371
	<u>6 950 286</u>	<u>7 619 638</u>
	<u>8 830 777</u>	<u>9 528 126</u>

A Empresa procedeu à contabilização das mercadorias que não estão englobadas em serviços prestados na rubrica de vendas.

A rubrica Vendas compreende também 7.968 euros equivalente a 30.528 KW de energia solar produzida e cedida ao sócio EDA (2020: 8.689 euros).

22. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas demonstra-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Inventários iniciais	117 919	76 977
Compras	1 934 379	1 895 788
Regularização de inventários	808	2 471
Inventários finais	(176 006)	(117 919)
Custo das matérias consumidas	<u>1 877 099</u>	<u>1 857 317</u>

Como indicado na Nota 21, as mercadorias vendidas não incorporadas em serviços prestados são mostradas na rubrica de Vendas.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2021	2020
Subcontratos	i)	3 453 622	3 766 058
Honorários	i)	204 130	273 779
Transporte de mercadorias		122 398	139 945
Trabalhos especializados		121 228	101 931
Deslocações e estadas	ii)	118 165	110 277
Rendas e alugueres		108 019	81 519
Ferramentas e utensílios		38 756	71 078
Combustíveis		37 816	36 867
Conservação e reparação		25 150	25 616
Cursos de formação profissional		14 772	7 703
Seguros		14 401	18 959
Comunicações		11 087	9 819
Comissões		10 317	10 287
Material de escritório		7 809	7 257
Limpeza, higiene e conforto		4 500	9 602
Outros (inferiores a 5.000 euros)		15 344	13 806
		4 307 513	4 684 503

i) As rubricas de Subcontratos e Honorários referem-se essencialmente à aquisição de materiais a incorporar em obras realizadas ou adjudicadas à SEGMA, bem como custos com mão-de-obra faturados por terceiros para a realização das mesmas;

ii) Deslocações e estadas: Deslocações e estadas de pessoal da SEGMA para realização de obras fora do seu local de trabalho.

24. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2021 e 2020 foram como segue:

	2021	2020
Remunerações		
Orgãos sociais	76 149	73 382
Pessoal	1 125 607	1 072 454
	1 201 755	1 145 836
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	298 926	246 580
Gastos de ação social	33 113	29 633
Prémios para benefícios de reforma	11 919	24 830
Outros	4 608	4 383
	348 565	305 425
	1 550 321	1 451 262

O número médio de empregados da Empresa em 2021 e 2020 foi de 51.

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma representam as contribuições para planos de contribuição definida no montante de 11.919 euros (2020: 24.830 euros).

25. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	2021	2020
Dividendos recebidos da EDAR	15 773	15 042
Rendimentos suplementares	2 546	47 308
Excesso estimativa impostos	1 803	479
Ganhos na alienação de activos tangíveis	424	1 000
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Nota 18)	63	3 527
Correções de exercícios anteriores	12	-
Sobras	-	3 045
Outros	i) 64 209	50 910
	84 829	121 311

i) Inclui rappel de fornecedores pelo atingimento de objetivos no valor de 64.157 euros (em 2020: 49.980 euros).

26. OUTROS GASTOS

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	2021	2020
Correções de exercícios anteriores	135 000	-
Impostos	2 551	5 910
Donativos	-	9 250
Outros	2 849	3 838
	5 399	18 999

i) O montante de 135.000 euros correspondente às rendas estimadas em períodos anteriores foram integralmente desreconhecidas no presente período, como indicado nas Nota 7 e 15

27. RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos rendimentos financeiros dos períodos de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Juros e rendimentos similares		
Sócios (Nota 13)	396	9 504
	396	9 504

28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2021	2020
Imposto s/ rendimento corrente	175 782	267 683
Imposto s/ rendimento diferido	11 450	9 326
	187 232	277 010

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 18,4% e 20,5% respetivamente.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2021	2020
Resultado antes de impostos	1 013 264	1 485 448
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Perdas por imparidade em contas a receber	(53 890)	(45 495)
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	133 423	234
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>1 092 797</u>	<u>1 440 187</u>
Prejuízos fiscais	-	-
Matéria coletável	<u>1 092 797</u>	<u>1 440 187</u>
Taxa nominal de imposto	14,70%	16,80%
	<u>160 641</u>	<u>241 951</u>
Derrama Municipal	11 190	21 603
Tributação autónoma	3 951	4 129
Imposto diferido	<u>11 450</u>	<u>9 326</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	<u>187 232</u>	<u>277 010</u>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2021	2020
Taxa de imposto	14,70%	16,80%
Derrama	1,02%	1,50%
	<u>15,72%</u>	<u>18,30%</u>

29. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Os lucros distribuídos durante o período de 2021 foram de 605.000 euros (em 2020 – 395.000 euros).

30. CONTINGÊNCIAS

A SEGMA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2021	2020
Euroscut	Instalação de luminárias LED	2021	27 804	-
Parque Atlântico	Fornecimento e instalação de material elétrico relativo à execução do projeto do sistema de cortes gerais do Parque Atlântico	2021	12 353	-
Caixa Geral de Depósitos	Trabalhos de remodelação do sistema AVAC no edifício sito na Praça da República, em Ponta Delgada	2021	9 341	-
Sata	Reforço da caução 2% do contrato "Trabalhos de construção civil para o fornecimento e instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) na Aerogare do Aeródromo da ilha de São Jorge	2021	6 870	-

Banco Santander Totta	Remodelação de AVAC- Balcão 8701- Vila do Porto	2021	3 005	-
ANA, SA	AJP II-Aerogare substituição da iluminação das áreas publicas	2020	7 776	7 776
Crismetal	Trabalhos de eletricidade e manutenção na empreitada de nova armazenagem/estação de bombagem de água de incêndios, central termoelétrica do belo jardim	2020	3 698	3 698
NAV, E.P.E.	Empreitada de adaptação das Infraestruturas EGNOS V3 – Monte da Guia-Horta-Consulta Prévia- PII.02.06.0211-3.01/DEP/2020	2020	19 093	19 093
Sata	Trabalhos de construção civil para fornecimento e instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)	2020	6 870	6 870
RCAT, SA	Fornecimento de duas unidades modelo XOPT 1009S D e duas unidades Modelo CZT/FC 1004K	2020	-	67 527
RCAT, SA	Fornecimento de duas unidades modelo HTS 056H incluindo peças de substituição	2020	-	36 750
ANA, SA	ASM-Substituição de Quadros Elétricos	2020	2 812	2 812
NAV, E.P.E.	Reabilitação das Estações NDB-FIL e NDB-H5	2019	24 482	24 482
Crismetal	Fornecimento e montagem de dois tanques de Decantação	2019	9 576	9 576
ANA, SA	ASM - Iluminação da Plataforma	2019	8 496	8 496
Banco Santander	AVAC Eficiência ENERG 2019 na Agência Ribeira Grande	2019	3 405	3 405
Banco Santander	AVAC Eficiência ENERG 2019 na Agência Povoação	2019	2 942	2 942
ANA, SA	AFL - Iluminação da Plataforma	2019	1 662	1 662
INATEL	Fornecimento e montagem de unidades exteriores de ar condicionado para unidades hoteleiras da Fundação Inatel da Ilha das Flores	2019	1 492	1 492
NAV, E.P.E.	Fornecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2019	799	799
EUROSCUT Açores	Instalação de Luminárias Led's Nó do hospital	2018	7 102	7 102
NAV, E.P.E.	Contrato Fornecimento e Instalação QGBT para o Centro Emissor e Recetor em Santa Maria	2018	4 999	4 999
ANA, SA	Prestação de Serviços para manutenção preventiva e corretiva das Instalações Técnicas do Aeroporto de Santa Maria	2018	4 740	4 740
NAV, E.P.E.	Instalação Grupo Emergência e Instalações Elétricas na Estação Localizer do Aeroporto João Paulo II	2018	3 800	3 800
EDA, SA	Fornecimento de Luminárias para Iluminação Pública Equipadas com tecnologia LED	2018	-	53 466
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Equipamentos	2017	24 024	24 024
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2017	7 894	7 894
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Elementos Construtivos	2017	7 576	7 576
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó da Levada e Nó S. Gonçalo	2017	6 370	6 370
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia elétrica através do sistema se produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2017	5 520	5 520
ANA, SA	Empreitada de AJP II - Fornecimento e Montagem de cabo de Pista	2017	3 338	3 338
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó de Belém	2017	3 229	3 229
ANA, SA	AJP II Substituição Proteções MT	2017	2 494	2 494
EDA, SA	Contratação de Luminárias de Iluminação Pública	2017	-	18 858
Somague Ediçor	Instalação sistema AVAC na empreitada de construção e remodelação do Hotel Principe de Mónaco	2016	30 880	30 880
NAV, E.P.E.	Contrato de Empreitada de Reabilitação das instalações do NDB Locator de Ponta Delgada	2016	7 609	7 609
Somague Ediçor	Construção Cível da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	3 792	3 792
ANA, S.A.	AJP II Substituição de Papis	2016	3 499	3 499
ANA, S.A.	AJP II Fornecimento e Montagem Cabo de Pista	2016	2 487	2 487
Somague Ediçor	Execução da Rede AVAC da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	2 068	2 068
ANA, S.A.	AFL Novos circuitos para alimentação de Papis	2016	1 799	1 799

ANA, S.A.	Consulta 002/DAA 2016 ASM Fornecimento e Montagem Quadro Elétrico	2016	870	870
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2016	-	15 440
ANA, S.A.	Reforço caução de 5% da empreitada ASMIAFL	2016	-	4 285
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2015	-	15 440
ANA, S.A.	Caucionar o valor de 5% da empreitada de ASM e AFL-Substituição dos Papis	2015	-	4 285
ANA, S.A.	APJII - Serviços Administrativos - Fornecimento e Montagem de Chiller Bomba de Calor com referência 0003/DAA/2015	2015	-	1 536
ANA, S.A.	Melhoria das terras de serviço e proteção dos postos de transformação do aeroporto João Paulo II	2015	-	1 140
NAV, E.P.E.	Construção Posto Transformação e equipamentos técnicos da Horta	2014	14 736	14 736
Ministério da Defesa Nacional	PM042 PDL RG2 Remodelação Redes Elétricas	2014		
ANA, S.A.	AHR - Aerogar - Substituição de chiller bomba de calor	2013	3 674	3 674
ANA, S.A.	Empreitada de AJP - Prestação de Serviços de Manutenção AVAC	2013	2 840	2 840
Ministério da Defesa Nacional	MNEC nº64/13.PM 41/Ponta Delgada (RG2) - Quartel dos Arrifes - Proteção dos quadros elétricos contra descargas elétricas	2013	-	413
ANA, S.A.	AJP II - Fornecimento e montagem grupo MT	2010	4 400	4 400
PT Comunicações	Fornecimento de posto de seccionamento e transformador do tipo cabine-dupla alimentado por MT no edifício sede DONA - Processo 28810	2010	-	4 598
			Saldo final	
			312 215	476 577

Foi interposto uma ação judicial contra a Segma relacionado com o procedimento criminal instaurado por familiares de um trabalhador da SEGMA que faleceu a 16 de setembro de 2015, resultante de um acidente de trabalho durante a execução de trabalhos de manutenção. A SEGMA aguarda pelo pedido de indemnização civil.

31. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a SEGMA, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Gerência que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

32. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a SEGMA é controlada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que detém 90% do capital da Empresa. Os restantes 10% são detidos pela EDA Renováveis, S.A..

32.1. Remuneração da Gerência

Os Órgãos de Gestão da SEGMA foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações	76 149	73 382
	<u>76 149</u>	<u>73 382</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da SEGMA não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais e de Fiscalização os seguintes montantes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Revisor Oficial de Contas	6 000	6 000
	<u>6 000</u>	<u>6 000</u>

32.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Sócios:

Electricidade dos Açores, S.A.

EDA Renováveis, S.A.

Partes relacionadas por via de Sócios:

GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes

i) Sócios:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a SEGMA efetuou as seguintes transações com os seus sócios:

Vendas de produtos e serviços

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Vendas		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	1 659 285	1 539 124
EDA Renováveis, S.A.	133	1 702
	<u>1 659 418</u>	<u>1 540 826</u>
Serviços prestados		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	962 285	1 093 090
EDA Renováveis, S.A.	653 158	913 020
	<u>1 615 443</u>	<u>2 006 111</u>

Juros e rendimentos similares

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	396	9 504
	<u>396</u>	<u>9 504</u>

Compras de produtos e serviços

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Compra de serviços		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	94 040	86 213
	<u>94 040</u>	<u>86 213</u>

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos resultantes de transações efetuadas com os sócios são como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	6 026 517	5 402 753
EDA Renováveis, S.A.	241 895	167 668
	<u>6 268 412</u>	<u>5 570 422</u>
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	61 826	10 267
	<u>61 826</u>	<u>10 267</u>

Conforme indicado na Nota 13, a SEGMA disponibilizou 5.400.000 euros (2020: 4.880.000 euros) ao sócio EDA, que vencem juros à taxa média anual de 0,14% (2020: 0,14%) e que perfazem o montante de 396 euros (2020: 9.504 euros).

Esta cedência de fundos contratualizada pelo prazo de 12 meses renovável automaticamente por sucessivos e iguais períodos, está classificada em ativo corrente.

O sócio EDA Renováveis distribuiu lucros no montante de 15.773 euros e 15.042 euros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente.

ii) Partes relacionadas por via de sócios

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a SEGMA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	2021	2020
Vendas		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	698	-
	698	-
Serviços prestados		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	28 113	20 157
	28 113	20 157

Compras de produtos e serviços

	2021	2020
Compra de serviços		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	4 480	19 644
	4 480	19 644

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de sócios são como segue:

	2021	2020
Saldos devedores		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	1 308	20 517
	1 308	20 517
Saldos credores		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	-	248
	-	248

33. DISPOSIÇÕES LEGAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

A Gerência

João Carlos Santos Correia

Maria Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

Assinado por: **CLÁUDIO MANUEL RAPOSO TORRES**

Num. de Identificação: 05398594

Data: 2022.03.25 09:47:20-01'00'



Assinado por: **João Carlos Santos Correia**

Num. de Identificação: 07001334

Data: 2022.03.25 11:15:45-01'00'

Assinado por: **Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda**

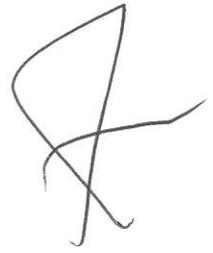
Num. de Identificação: 06566433

Data: 2022.03.25 11:28:46-01'00'

Assinado por: **CARLOS FILIPE DE ALMEIDA SANTOS PEREIRA**

Num. de Identificação: 10999474

Data: 2022.03.25 10:04:30-01'00'



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 11.269.906 euros e um total de capital próprio de 9.313.503 euros, incluindo um resultado líquido de 826.032 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada

com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

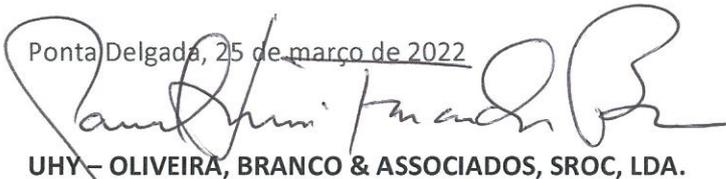
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 25 de março de 2022



UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)